**Teorias éticas aplicadas a casos concretos: Aborto**

Algo de complicado a ser discutido com metodologia ética hodiernamente é o aborto. O tema releva questões religiosas, éticas, médicas, legislativas, sócio-culturais e políticas. Olhando de forma vaga parece até simples: optamos pelo direito à vida do feto ou ao direito moral da mulher sobre seu próprio corpo. Ademais há muito sobre o que discutir.

A primeira questão envolve o direito à vida do feto ou embrião, onde se torna algo antiético não permitir que o mesmo tenha uma vida. A proteção da vida é algo superior ao livre arbítrio da mulher. Mas, em que ponto podemos considerar um feto uma pessoa?

Alguns consideram uma “pessoa” apenas seres com racionalidade e consciência, tirando o feto em desenvolvimento do direito à vida. Já outros, consideram também seres em potencial de vida, ou seja: o feto futuramente se desenvolverá e se tornará uma pessoa, portanto, uma vida em potencial. Dessa forma, a escolha do corpo da mulher não pode impedir a potencial vida que será gerada pelo embrião.

Em uma situação de extrema pobreza, como podemos lidar com essa situação? A mãe da criança não teria com o que sustentá-la e causaria sofrimento para a criança. Kant diria que criar esse filho seria um dever, imagine se todas as mulheres abortassem seus filhos? Logo a humanidade entraria em extinção.

Do ponto de vista do utilitarismo, prevalece o bem-estar da mulher, já que o feto não possui consciência de bem-estar, sua vida não contaria como prioridade. Porém, caso seja relevado a vida em potencial, destaca-se o bem estar futuro do feto e a questão anterior se repete, colocando a prioridade de vida acima da escolha da mulher sobre seu corpo.

No utilitarismo negativo, buscamos o menor sofrimento possível, então se acarreta a entendermos as circunstâncias e as consequências causadas pela escolha. O embrião não terá sofrimento, não possuindo consciência, o direito de escolha prevalece. Nesse caso, o vínculo materno pode acarretar em sofrimento por parte da mãe ao fazer o aborto, entretanto, se isso prevenir sofrimento futuro, como no caso da extrema pobreza, isso se torna menos receptivo.

É claro, podemos abrir o leque para diversos caso-problema onde a decisão correta será alterada. Por exemplo, em caso de estupro: muitos grupos contraditórios ao aborto, idealizam o estupro como um caso a parte, pois a mulher não teve uma escolha, logo não deveria arcar com o dever de cuidar de um filho sozinha por um crime onde ela foi a vítima. Outro caso, seria se a gravidez trouxesse risco de vida para a mulher ou a criança, onde teria de ser revisto as situações e os futuros resultados da escolha.

Em um breve resumo, o caso desenvolve-se em caracterizar se o embrião pode ou não ser considerado uma pessoa. As circunstâncias encontradas também são um fator primordial e são fundamentais para compreender se o ato é ético ou não, sendo que isso pode variar de acordo com quem está incluso na situação. Logicamente, esse assunto não depende apenas da Filosofia, pois abrange outras áreas, tornando sua escolha sempre circunstancial. Entretanto, são debates éticos que poderão fornecer base para a elaboração de leis sobre o aborto.